

# *futuribles*

Número 3 • Setembro 2020

*em português*

O sistema de crédito social chinês  
Como Pequim avalia, recompensa e pune a sua população

Covid-19 no Brasil  
Uma pandemia dentro de outra

Covid-19 e aquecimento global  
De que modo a catástrofe sanitária interage com as  
mudanças do clima

Os obstáculos à transição energética:  
Resistências ideológicas e sociopolíticas

Transição energética:  
China, Estados Unidos e União Europeia. A transição  
energética submetida à prova da geopolítica

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

[PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG](http://PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG)



# futuribles

em português

<b>CONSELHO EDITORIAL</b>	<i>Bernardo Sorj</i> <i>Jean-Francois Soupizet</i> <i>Sergio Fausto</i>
<b>TRADUÇÃO</b>	<i>Dorothée de Bruchard</i>
<b>REVISÃO TÉCNICA</b>	<i>Otávio Dias</i> <i>Beatriz Kipnis</i>
<b>DIAGRAMAÇÃO</b>	<i>Lisia Lemes / Lilemes Comunicação</i>

Futuribles em Português.  
Número 3 - São Paulo - Plataforma Democrática - Setembro de 2020.  
ISSN 2674-8398

## Índice para catálogo sistemático:

Futuro, inovação, tecnologia, meio ambiente, urbanismo, saúde, educação, trabalho, sociedade, governo, políticas públicas, economia.

## © Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso  
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000  
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br



São Paulo (Sede)  
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro  
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000  
tel: +55 (11) 3359-5000  
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Anual

# *futuribles*

*em português*

Número 3 • Setembro 2020

- Apresentação** **05**
- O sistema de crédito social chinês** **07**  
Como Pequim avalia, recompensa e pune a sua população  
*Emmanuel Dubois de Prisque*
- Covid-19 no Brasil** **25**  
Uma pandemia dentro de outra  
*André Cezar Medici*
- Covid-19 e aquecimento global** **43**  
De que modo a catástrofe sanitária interage com as mudanças do clima  
*Christian de Perthuis*
- Os obstáculos à transição energética:** **61**  
Resistências ideológicas e sociopolíticas  
*Jean Haëntjens*
- Transição energética:** **75**  
China, Estados Unidos e União Europeia.  
A transição energética submetida à prova da geopolítica  
*Marc-Antoine Eyl-Mazzega e Carole Mathieu*

Versão eletrônica disponível gratuitamente em:  
<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes>



# Apresentação

China, Covid-19 e transição energética. Temas inescapáveis dos nossos dias, com relevante influência sobre o futuro, presentes nesta edição anual da revista *Futuribles em Português*, fruto de parceria editorial iniciada em 2018 entre o projeto Plataforma Democrática e a publicação francesa *Futuribles* (fusão das palavras “futuros” e “possíveis”), com sede em Paris.

O primeiro artigo traz informações detalhadas sobre o “Sistema de Crédito Social” em implementação pelo governo em Pequim, cuja meta será avaliar a totalidade dos cidadãos chineses, assim como as pessoas jurídicas, a fim de distinguir quais são merecedores de confiança e quais não são, punindo-os ou recompensando-os com base nessa avaliação. “Ao incluir a virtude individual no domínio do que é mensurável, o regime chinês destrava uma poderosa tranca de ordem ética”, escreve o pesquisador francês Emmanuel Dubois de Prisque.

Em texto inédito escrito por André Cezar Medici, o economista brasileiro especializado em saúde pública analisa o desempenho brasileiro no enfrentamento da pandemia de Covid-19 até agosto e conclui que “o país vive uma pandemia dentro de outra”. “O desempenho sofrível (se não trágico) na gestão da crise pandêmica foi caracterizado, sobretudo, pelo comportamento irresponsável de parte relevante dos agentes públicos, o que gerou uma aceleração desnecessária das taxas de infecção e a triste marca de cem mil mortos (em 8/08/2020)”, escreve o consultor do Banco Mundial.

De que modo a catástrofe sanitária interage com as mudanças do clima? Segundo Christian de Perthuis, a queda nas emissões de CO<sub>2</sub> poderá chegar a 14% em 2020, o que resultará em um ganho de alguns anos diante do inexorável movimento do relógio climático. “As mudanças estruturais que a crise sanitária irá impulsionar, tanto nas organizações produtivas como nas expectativas sociais, podem levar a uma melhor gestão da crise climática. Essas mudanças, contudo, não são garantidas nem irreversíveis. Subsiste o risco de sermos acometidos por uma espécie de amnésia coletiva e baixarmos a guarda”, escreve o especialista em economia climática.

No quarto texto, o economista e urbanista Jean Haëntjens analisa as resistências ideológicas e sociopolíticas que dificultam a urgente transição energética. “Neste momento em que a União Europeia decidiu se comprometer com um ambicioso *Green Deal* (Pacto Verde), convém interrogar-se sobre os motivos que impediram programas similares – incluindo o Plano Verde proposto em 2013 pelo presidente Obama – de atingirem seus objetivos. Os obstáculos não foram apenas técnicos ou econômicos, mas majoritariamente sociopolíticos e ideológicos”, escreve o consultor científico de *Futuribles*.

O quinto e último artigo – *China, EUA e UE: A transição energética submetida à prova da geopolítica* – mostra que a potência asiática já assumiu (ou tenta assumir) uma posição predominante nas cadeias de valor das principais tecnologias de baixo carbono, enquanto os EUA se encontram empenhados em uma competição exacerbada com os chineses. “Para os europeus, cuja autonomia estratégica é bastante insuficiente, a escolha implícita é enfrentar o risco de espionagem americano ou chinês”, escrevem Marc-Antoine Eyl-Mazzega e Carole Mathieu, do IFRI (*Institut français des relations internationales*).

Boa leitura!

***Bernardo Sorj e Sergio Fausto***

Diretores de Plataforma Democrática

# O sistema de crédito social chinês

Como Pequim avalia, recompensa e pune a sua população

EMMANUEL DUBOIS DE PRISQUE<sup>1</sup>

*É crescente em nossas sociedades modernas, cada vez mais conectadas e em permanente interação, a propensão a tudo avaliar e a tudo atribuir opinião ou nota. O indivíduo/consumidor/cidadão é constantemente solicitado a expressar sua opinião. Para além dessas solicitações de avaliações individuais, por si só bem discutíveis, assistimos ao desenvolvimento de amplos mecanismos institucionalizados de controle também baseados em sistemas de avaliação por notas, como o “Sistema de Crédito Social chinês”. Idealizado originalmente no final dos anos 1990, foi repensado para atingir outros objetivos e se tornou uma prioridade do regime do Partido Comunista Chinês mais recentemente. Teria o Big Brother definitivamente saltado da ficção de George Orwell e se tornado realidade na nova super potência emergente, como temem alguns críticos ocidentais ao sistema que está sendo implementado por Pequim?*

*Neste artigo, Emmanuel Dubois mostra de que modo o sistema chinês – inspirado nas práticas ocidentais de avaliação da capacidade de empréstimo e reembolso dos atores econômicos – se insinua no cotidiano dos cidadãos daquele país. Ele destaca quais são os objetivos dos líderes do Partido Comunista (promover comportamentos humanos virtuosos e a confiança, notadamente) e em que aspectos eles são coerentes com a longa tradição cultural e política do China desde Confúcio (551 a.C - 479 a.C.). Sem deixar*

---

1. Pesquisador associado do Instituto Thomas More. Este texto é uma versão revisada e atualizada de uma nota artigo publicado pelo Instituto Thomas More (“Le système de crédit social. Comment la Chine évalue, récompense et punit sa population”, *Nota*, nº 36, julho de 2019). O autor agradece Inès Cavalli por sua preciosa colaboração no trabalho preparatório desta texto, em especial no que se refere à pesquisa, tradução e exploração das fontes em chinês.

*de ressaltar os riscos para os direitos e liberdades de cada um, o autor também aponta as possíveis melhorias que o sistema terá suscitado (ou poderá suscitar) na sociedade chinesa. Interroga-se, por fim, sobre a possibilidade de tal sistema ser eventualmente exportado para as sociedades ocidentais, embora no momento isso lhe pareça pouco provável, considerando-se as exigências dessas sociedades em termos de liberdades individuais. S. D. ■*

O “Sistema de Crédito Social” (em chinês: *shehui xinyong tixi*), projeto governamental chinês que visa avaliar e atribuir notas aos cidadãos e às pessoas jurídicas (públicas ou privadas), tem suscitado preocupações e incompreensões no Ocidente. O adjetivo “orwelliano” ressurge insistentemente sob a pena de pesquisadores e comentaristas, assim como referências à série norte-americana *Black Mirror*<sup>2</sup>, como se aquilo que vem se delineando já tivesse sido antecipado pela ficção ocidental, em livros ou filmes. No entanto, é importante compreender que o projeto se inscreve dentro de um contexto cultural, social e político específico da China. No que pese o fascínio de Pequim pela tecnologia digital, não há como compreender a iniciativa em curso sem atentar para a longa história daquele país ou se debruçar sobre a natureza de sua governança imperial durante muitos séculos e, desde 1949, sobre a supremacia do Partido Comunista. Somente com base na compreensão desse pano de fundo cultural e histórico é que o projeto se torna inteligível aos cidadãos ocidentais.

Inscrever o SCS (a partir de agora adotaremos a sigla) no contexto da história e da cultura milenares da China não visa relativizar as críticas que lhe possam ser feitas. Pelo contrário, permite medir a distância que separa os projetos civilizacionais ocidental e chinês, distância esta que permanecerá significativa enquanto os ocidentais, e os europeus em particular, optarem por não renunciar a ser aquilo que são (mesmo num momento de fragilização da democracia representativa), evitando ceder, por exemplo, ao fascínio que as elites no poder por vezes sentem diante das perspectivas de controle e manipulação das populações por meio da tecnologia.

2. Série britânica criada por Charlie Brooker, lançada em 2011, cuja 4ª temporada (2017) foi apresentada na *Futuribles* nº 424, maio-junho de 2018, p. 123-124. (NDR).

Curiosamente, o SCS chinês se desenvolveu originalmente como resultado de uma interação entre norte-americanos e chineses, quando a China negociava os termos de sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). Concebido originalmente como um projeto de alcance limitado visando a facilitar as trocas e transações financeiras entre a China e o estrangeiro, o SCS assumiu outra dimensão por influência da cultura tradicional chinesa, cujas bases foram em grande parte estabelecidas pelo grande filósofo Confúcio há cerca de 2.500 anos, e das práticas introduzidas naquele país nas últimas sete décadas pela ideologia comunista, convertendo-se num projeto social impressionante e inovador.

Se ainda é cedo para saber se o regime chinês terá condições de implementar de forma eficaz as medidas a que se propõe, o SCS, em suas primeiras intenções e manifestações, notadamente a nível local, nos permite compreender desde já alguns aspectos do que seria uma governança chinesa, não só dentro de seu imenso território, mas também no estrangeiro, quando Pequim vier a ocupar, como é sua ambição, o “centro da cena mundial”.

## ***Objetivo: uma sociedade mais civilizada e mais harmoniosa***

O SCS é apresentado pelo governo chinês como um meio para aumentar o nível de integridade moral dos cidadãos, com vistas a facilitar e dinamizar as transações econômicas e financeiras com segurança. Em um contexto em que o nível de confiança entre atores econômicos da sociedade chinesa é considerado demasiado baixo pelas autoridades, o governo quer se dotar de ferramentas passíveis de restaurar essa necessária confiança. Segundo Pequim, a implementação desse sistema será um elemento importante para o advento de uma sociedade chinesa “mais civilizada” e “mais harmoniosa”, por meio da restauração de “práticas confucianas virtuosas” no seio da sociedade chinesa.

Segundo os documentos oficiais do Conselho de Estado (governo), o SCS deverá estar implementado em nível nacional ainda em 2020 (embora pareça apresentar certo atraso em relação ao cronograma inicial). A meta será avaliar a totalidade dos cidadãos, assim como as pessoas jurídicas (empresas e alguns estabelecimentos públicos), a fim de distinguir quais são merecedores de con-

fiança e quais não são. Assim, segundo o jornal oficial *Global Times* de 13 de junho de 2019, que cita “analistas”, o SCS ajudará a “construir um país honesto e ordenado que irá tornar mais fácil a vida das pessoas honestas, enquanto pessoas desacreditadas encontrarão dificuldades em todas as áreas<sup>3</sup>”.

Os detalhes práticos ainda não são exaustivamente conhecidos, uma vez que várias alternativas ainda vêm sendo estudadas pelo regime. No que pese a ênfase dada ao caráter vanguardista e *high tech* do projeto, inserido no horizonte do desenvolvimento da inteligência artificial, observa-se que alguns de seus aspectos – como a coleta e a integração dos dados necessários para a instauração de uma avaliação individual global dos cidadãos chineses – permanecem por enquanto absolutamente *low tech*, realizadas por funcionários dos serviços públicos locais sem suporte de um software específico para tal empreitada.

## ***Iniciativas primeiramente locais***

Embora siga oferecendo diretivas globais (em especial, mais recentemente, quanto à necessidade de se instituir procedimentos de reabilitação dos cidadãos “não confiáveis”) o governo em Pequim parece se orientar para uma solução que transfere grande autonomia às coletividades locais. “Incentivamos os governos locais a definirem suas próprias metodologias, e não temos intenção de unificá-las em padrões nacionais. Os governos locais são os que melhor sabem o que lhes convém<sup>4</sup>”, anunciou em janeiro de 2019 a Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (CNRD), encarregada da fiscalização do projeto<sup>5</sup>.

O SCS terá, sem dúvida, formas bastante distintas segundo cada cidade e província. Considerações muito pragmáticas terão por certo pautado essa decisão

---

3. Nesta mesma linha, a cidade de Suqian (província de Jiangsu), uma das seis cidades pilotos do projeto, exhibe um slogan segundo o qual “as pessoas de confiança podem andar tranquilamente sob os céus, e aquelas que não são dignas de confiança não podem dar um passo sequer”. Ver Leplâtre, Simon. “En Chine, des citoyens sous surveillance”, *Le Monde*, 15 de junho de 2018.

4. Wang Yanfei, “China to Step up Work on National Social Credit System”, *China Daily*, 29 de janeiro de 2019.

5. Como em todas as áreas na China, os projetos estatais se desenvolvem sob dupla tutela – a do governo, liderado pelo primeiro-ministro Li Keqiang, e a do Partido Comunista, onde o projeto é supervisionado diretamente pelo presidente Xi Jinping, no âmbito do Grupo de Liderança para Aprofundamento das Reformas, um dos principais órgãos decisórios do PCC.

(custos, conhecimento do terreno), mas ao deixar, por enquanto, a iniciativa para as autoridades locais, o governo chinês também visa desarmar as críticas ocidentais de que Pequim estaria tratando de impor um controle totalitário sobre a sociedade chinesa. Resta o fato, porém, que de todas essas iniciativas a nível local emergem características comuns.

O projeto final do governo deverá, portanto, apoiar-se nos projetos-piloto implementados em nível local, ou apenas tentar coordená-los um tanto frouxamente para lhes conferir coerência no nível central. Existem hoje projetos-pilotos em 43 municípios que deverão testar o dispositivo até 2020. Esses sistemas levam nomes que diferem de um lugar para o outro, e que não raramente se revelam poéticos: em Sucheu, “crédito social da flor de ameixeira”; em Xiamen, “crédito social de jasmim”<sup>6</sup>.

Algumas cidades chinesas já contam há muitos anos com sistemas de avaliação cifrada dos cidadãos. O de Rongcheng (Província de Xantum) talvez seja o mais bem desenvolvido. Define seis categorias possíveis, de acordo com o número de pontos possuídos por cada um:

- AAA (mais de 1.050 pontos): cidadão exemplar.
- AA (de 1.030 a 1.049 pontos): cidadão excelente.
- A (de 960 a 1.049 pontos): cidadão honesto.
- B (de 850 a 959): relativamente honesto.
- C (de 600 a 849): nível de advertência.
- D (549 e menos): cidadão desonesto.

Os cidadãos são, já de saída, dotados de um capital de 1.000 pontos (o que faz pressupor que o governo considera todo cidadão como sendo honesto a princípio), um capital que eles tanto poderão aumentar através de boas ações quanto reduzir pelas más. As pessoas constantes em listas negras são automaticamente incluídas nas categorias C ou D<sup>7</sup>.

6. Raphaël, René; Xi, Ling. “Bon et mauvais Chinois. Quand l’État organise la notation de ses citoyens”, *Le Monde diplomatique*, janeiro de 2019, p. 4-5.

7. “Mesures pour la notation et l’évaluation du crédit social de la ville de Rongcheng”, site da cidade de Rongcheng, 14 de fevereiro de 2019, em chinês. Disponível em: <http://www.darongcheng.com/portal.php?mod=view&aid=30276>. Consultado em: 23 de outubro de 2019.

As maiores metrópoles chinesas, que frequentemente dão o tom do que acontecerá no resto do país, vêm paulatinamente desenvolvendo seus próprios sistemas. Em Xangai, os habitantes podem digitar seu número pessoal de identificação administrativa em um aplicativo denominado *Honest Shanghai* para obter uma avaliação de seu crédito social fundada em seu status profissional, no pagamento de seguros e impostos e nos antecedentes criminais, entre outras informações.

A capital Pequim planeja colocar em prática ainda este ano seu próprio sistema de avaliação e listas negras. Segundo comunicado oficial, “até o final de 2020, será implementado um sistema de ‘pontos pessoais de confiança’ cobrindo toda a população residente, o qual irá promover fortemente o uso generalizado de informações de crédito em áreas diversas como busca de emprego, criação de empresas, utilização de serviços públicos e viagens. Este projeto fornecerá um procedimento agilizado [no atendimento de solicitações administrativas] para as pessoas de confiança. (Por outro lado) aperfeiçoará o sistema de listas negras de crédito, divulgando e publicando periodicamente informações sobre empresas e particulares, estabelecendo uma estrutura global ‘em que a não confiabilidade em determinada área acarrete restrições em todas as demais, de tal sorte que fique difícil para as pessoas não confiáveis avançar um passo sequer’, a fim de que aqueles que não são dignos de confiança e infringem as leis ou regulamentos sejam pesadamente sancionados<sup>8</sup>.”

## ***Direitos, recompensas e sanções para todos***

A nota assim obtida por cada um é constitutiva de um certo número de direitos, recompensas e sanções que podem variar de lugar para lugar. Para além das sanções relacionadas à inadimplência, é possível perder pontos por, notadamente, não pagar o estacionamento, não visitar regularmente os pais idosos, alimentar-se no metrô, pertencer a um culto herético (qualquer religião não reconhecida pelo governo comunista), espalhar boatos na internet (isto é, tudo o que as autoridades considerarem como tal), acusações de trapaça em jogos online e até mesmo por desculpas apresentadas por crimes ou delitos julgadas insinceras. Inversamente, os cidadãos são passíveis de ganhar pontos

8. “Beijing Municipal Action Plan for Further Optimizing the Business Environment (2018-2020)”, *China Law Translate*, 19 de novembro de 2018.

quando exercem uma influência positiva sobre seu entorno, elogiam o governo nas redes sociais, doam sangue e cuidam de pessoas idosas.

As consequências de boas ou más pontuações são muitas. Uma boa pontuação, valendo a inclusão em “listas vermelhas” de bons cidadãos, pode facilitar a aprovação de créditos bancários, descontos em certas faturas, direitos de precedência em alguns empregos públicos, vagas para os filhos em estabelecimentos escolares de renome, evitar espera para tratamento hospitalar etc. Uma má pontuação, valendo a inclusão em “listas negras” de maus cidadãos, pode acarretar recusa de crédito bancário, proibição de utilizar determinados serviços sociais, acesso limitado a empregos e a serviços públicos, proibição de matricular os filhos em escolas particulares. A compra de bens de prestígio (passagens aéreas em classe executiva e outras despesas tidas como luxuosas) seria igualmente impossível. Uma mensagem de alerta às vezes avisa quem tenta se comunicar por telefone com cidadãos (ou pessoas jurídicas) constantes nas listas negras.

As decisões de perda de pontos se dão com base em informações obtidas por todos os meios à disposição das autoridades: delação, decisões judiciais, videovigilância, redes sociais (WeChat, um aplicativo multifuncional onipresente na China), informações colhidas junto a empresas de transporte, de crédito, bancos, sistemas de pagamento como o Alipay (do grupo Alibaba) etc. A videovigilância é particularmente presente na China, não só nas cidades, mas também nas zonas rurais, onde substitui com eficácia as forças policiais. Um projeto intitulado “Claridade da Neve”, a ser concluído em 2020, pretende cobrir de câmeras até os menores vilarejos chineses a fim de obter “uma cobertura geográfica total, uma cobertura temporal total e um controle operacional total!”.

## ***Um sistema que avalia também as empresas***

Esses sistemas de atribuição de notas desenvolvidos em nível local vão de par com um conjunto de avaliações setoriais voltadas principalmente para as empresas: “listas específicas estão sendo criadas para empresas e seus dirigentes que atuam nos setores de importação-exportação, construção, transporte [...],

---

9. Bandurski, David. “Project Dazzling Snow’: How China’s Total Surveillance Experiment will Cover the Country”, *Hong Kong Free Press*, 12 de agosto de 2018.

estatística, consultoria [...], organização de casamento<sup>10</sup>". Existiriam, atualmente, 51 listas negras setoriais<sup>11</sup>.

A CNRD e o Banco Central criaram conjuntamente um site, intitulado *Credit China*, que publica mensalmente listas negras de pessoas físicas e jurídicas consideradas indignas de confiança por, ao menos até o momento, delitos menores. Em fins de março de 2019, 13,49 milhões de pessoas foram julgadas "indignas de confiança" e incluídas em listas negras; 20,47 milhões de pedidos de passagens aéreas e 5,71 milhões de pedidos de passagens de trens de alta velocidade foram indeferidos por "desonestidade"<sup>12</sup>.

Outra questão que se coloca é a da reabilitação das pessoas assim estigmatizadas. Em maio de 2019, a CNRD, preocupada em defender os direitos das pessoas postas no pelourinho virtual por autoridades locais, emitiu um parecer visando facilitar a instauração de procedimentos de reabilitação. Os interessados deverão passar por uma "formação específica com vistas à reabilitação de seu crédito" pessoal e, depois de apresentarem as devidas desculpas, poderão ter seu nível de crédito restaurado<sup>13</sup>.

A CNRD hoje se congratula pelos progressos na moralidade pública e na proteção dos direitos dos empregados promovidos pelo SCS. Segundo a Comissão, a introdução do sistema de sanções e recompensas teria tido por efeito uma forte redução do número de salários em atraso de trabalhadores migrantes, tradicionalmente explorados pelo setor da construção civil. Considerado eficaz pelo governo, o SCS parece contar também com ampla aprovação por parte da população chinesa<sup>14</sup>.

---

10. Raphaël, René; Xi, Ling, *op. cit.*

11. Cho, Yusho; Sun, Nikki. "China Expands Reach of 'Trustworthiness' System", *Nikkei Asian Review*, 3 de março de 2019.

12. Caiyu, Liu. "Social Credit System to Restore Morality", *Global Times*, 13 de maio de 2019.

13. CNRD, "Parecer sobre o melhoramento dos mecanismos de reabilitação do crédito do site "Credit China" bem como dos portais de informação locais sobre as sanções administrativas". Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, nº 527, 30 de abril de 2019, em chinês. Disponível em: [http://www.ndrc.gov.cn/zcfb/zcfbtz/201905/t20190514\\_936123.html](http://www.ndrc.gov.cn/zcfb/zcfbtz/201905/t20190514_936123.html). Consultado em: 23 de outubro de 2019.

14. Kotska, Genia. "China's Social Credit Systems and Public Opinion: Explaining High Levels of Approval". 23 de julho de 2018. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3215138](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3215138). Consultado em: 23 de outubro de 2019.

Por fim, seria um equívoco pensar que o projeto possa se limitar às fronteiras da China. Estrangeiros residentes e empresas presentes no território chinês são naturalmente afetados, assim como é razoável supor que o conjunto de pessoas físicas ou jurídicas que interagem com a economia ou a sociedade chinesa possa um dia vir a sê-lo.

Um dos principais teóricos do projeto, Lin Junyue, declarou em 2016 que a China se tornara “líder mundial” na definição de critérios para uma avaliação de crédito em nível nacional e deveria procurar “exportar seu modelo no quadro do projeto *One Belt, One Road* (também conhecido com A Nova Rota da Seda), o que contribuiria para “a exportação da cultura institucional chinesa”<sup>15</sup>.

## ***Origem e colocação em perspectiva histórica e cultural***

O modo como o SCS tomou forma desde o início dos anos 2000 é revelador do que vem a ser a governança chinesa: partindo de um projeto técnico para melhorar o conhecimento do mercado de crédito por parte dos atores econômicos, isso que em breve se chamaria “Sistema de Crédito Social” se converte pouco a pouco num projeto das autoridades centrais que visa medir e elevar o nível de virtude dos cidadãos chineses. Na origem, o SCS pretendia sobretudo fluidificar as transações comerciais e financeiras. Tratava-se, em consonância com as teorias econômicas liberais, de reduzir a assimetria informacional entre os atores econômicos e permitir que cada um soubesse com quem estava lidando ao estabelecer um primeiro contato com um eventual parceiro comercial. Aquele projeto foi paulatinamente transformado em algo totalmente distinto sob a influência combinada da cultura política tradicional e da ideologia sino-comunista.

---

15. Junyue, Lin. “Rétrospective de 15 ans de construction du système de crédit social en Chine” (em chinês), 9 de setembro de 2016. Disponível em: <http://yuandiancredit.com/h-nd-791.html>. Consultado em: 23 de outubro de 2019. Às vezes apresentado como “o pai do sistema de crédito social”, Lin Junyue é o porta-voz informal do governo chinês para assuntos relacionados ao crédito social.

## **Um instrumento da modernização econômica da China**

No final da década de 1990, a China negociou palmo a palmo sua entrada na OMC. Precisou implementar uma série de reformas no sentido de transformá-la em uma “economia socialista de mercado”, tornando a economia chinesa teoricamente compatível com o mercado internacional e o status de membro da OMC. Apesar do massacre da Praça Tiananmen alguns anos antes (1989), os Estados Unidos e, na sua esteira, a Europa, apostaram na liberalização da China por meio do desenvolvimento de uma economia interdependente com a dos demais países. Por solicitação de empresas norte-americanas, Washington sugeriu a Pequim o desenvolvimento de um sistema que permitisse às empresas estrangeiras interessadas em fazer negócios no país asiático uma melhor compreensão de suas homólogas chinesas. Sob a ordem de Zhu Rongji, um primeiro-ministro tão reformista como autoritário, especialistas chineses empreenderam viagens à Europa e aos Estados Unidos a fim de aprender sobre os sistemas de avaliação de crédito vigentes no Ocidente.

Foi em 2002 que um alto dirigente do regime empregou o termo “sistema de crédito social” pela primeira vez. Em seu discurso no XVI Congresso do Partido Comunista Chinês, Jiang Zemin, então secretário-geral do Partido e presidente da República Popular da China, declarou que a China deveria “corrigir e normalizar a organização da economia de mercado e estabelecer um sistema de crédito social compatível com uma moderna economia de mercado”. A China decide então desenvolver seu próprio sistema, “com características chinesas<sup>16</sup>”.

## **Fazer melhor que os ocidentais: o ‘scoring’ à chinesa**

A partir dos anos 2000, essas “características chinesas” vão se tornando mais e mais acentuadas à medida que a China ganha segurança como um player fundamental no comércio mundial. Embora esse juízo seja raramente explicitado pelas autoridades em Pequim, pouco a pouco fica claro que, para os dirigentes do Partido Comunista, a civilização chinesa dispõe de numerosos recursos

16. *Ibidem*. Ver também: Li, Martin. “A Pioneer of China’s Credit System”, *Shenzhen Daily*, 14 de setembro de 2012.

passíveis de levá-la a obter resultados econômicos melhores do que a maioria dos países ocidentais.

A partir de 2008, com a crise financeira iniciada nos Estados Unidos e rapidamente espalhada para o resto do mundo, os EUA se tornam uma espécie de antimodelo para o regime chinês: trata-se de instituir um sistema mais eficaz, que permita avaliar plenamente o risco associado às pessoas e no qual o sistema financeiro possa efetivamente confiar. Mais que isso, enquanto os sistemas norte-americano e europeus se limitam a avaliar o risco relacionado às pessoas e às empresas sob o aspecto estritamente financeiro, o sistema chinês pretende atuar sobre o nível de confiança a ser atribuído a cada um inclusive em outros aspectos da vida, chegando ao ponto de buscar elevar o nível de moralidade dos cidadãos chineses. Assim, de um sistema puramente econômico, neutro em termos de moralidade, passa-se para um sistema que não se acanha em integrar economia e moral e transforma a avaliação moral em juízo sobre os cidadãos. Enquanto no Ocidente inexistente qualquer vínculo entre crédito moral e crédito financeiro, na China este vínculo é progressivamente estabelecido com o desenvolvimento de um sistema de crédito social que promete ser amplo e eficaz. Não há, aqui, qualquer contradição entre eficiência econômica e nível de moralidade, e sim, pelo contrário, uma estrita equivalência: a eficiência econômica será reforçada pelo aumento do nível de moralidade da sociedade por efeito da ação do governo chinês.

O sistema de crédito social chinês também faz uma aposta ousada ao buscar estender o domínio do mensurável para a ética e o comportamento. Com o avanço da tecnologia e da estatística, a realidade se apresenta na forma daquilo que pode ser medido e “objetivamente” apreendido. Ao incluir a virtude individual no domínio do que é mensurável, o regime chinês destrava assim uma poderosa tranca de ordem ética.

## ***Uma síntese entre confucionismo e legismo***

O Sistema de Crédito Social nasceu num contexto puramente econômico. De ferramenta pragmática visando facilitar trocas econômicas, porém, converteu-se numa ferramenta de governança global que se inscreve na longa história chinesa de controle social. Por seu desejo de civilizar a sociedade chinesa

e elevar o nível de virtude dos cidadãos, insere-se dentro da tradição confuciana. Mas, por sua intenção de fazer das recompensas e punições o cerne da governança na China, inclui-se também na tradição do legalismo (ou legismo), escola de pensamento ligada ao direito e à filosofia desenvolvida durante um dos períodos imperiais na China. O fato é que essas duas tradições, confucionismo e legalismo, que os sinólogos veem às vezes como opostas entre si, foram objeto de uma síntese na prática do poder na China, e se completam harmoniosamente.

## ***Uma mutação da antiga ambição chinesa de controle social***

Quando chegou ao poder em 1949, o Partido Comunista Chinês pretendia fundar uma nova China que faria do passado tábula rasa. Já em fins de 1954, no entanto, o Partido criou “comitês de bairro” que faziam inevitavelmente lembrar a *Baojia* do regime imperial. Esses comitês de bairro cumpriam importante papel de informação, monitoramento, prevenção de crimes e denúncia dos “maus elementos”. Converteram-se, na maioria, em “Comitês Revolucionários” durante a Revolução Cultural (1966-1976). A partir da década de 1970, a China se abriu economicamente e o êxodo rural se acelerou de forma impressionante. No século XXI, a população torna-se predominantemente urbana e, apesar do *hukou*, sistema administrativo que vincula os cidadãos chineses a uma província ou um município, ficou cada vez mais difícil para o governo se apoiar nos comitês de bairro para obter informações sobre a população e controlá-la. A organização social foi reconfigurada pelo desenvolvimento da iniciativa privada. O antigo *danwei* (unidade administrativa ou de produção à qual cada trabalhador era vinculado) perdeu sua importância em prol das empresas privadas, menos sujeitas à influência do Partido e de suas estruturas. O final dos anos 1990, período de forte crescimento econômico, assistiu a uma explosão do setor privado. No momento em que considerava a criação do SCS, o Partido deixou (temporariamente) de ser tão atraente e o número de seus membros diminuiu em proporção à população. Naquele contexto, o SCS se afigurou como uma solução para suprir as deficiências do sistema tradicional de controle populacional, ao qual veio se somar, não substituir.

O final dos anos 1990 e os anos 2000 foram um período de alto crescimento econômico e explosão do êxodo rural. As distinções sociais herdadas da ideologia comunista se viram embaralhadas pela rapidez com que se constituíram fortunas privadas. A sociedade perdeu seus referenciais, e o governo, sua primazia, em favor de uma poderosa classe capitalista. Os novos ricos, entretanto, não raro suspeitos (às vezes com razão) de adquirirem fortunas por meio de práticas ilícitas, despertaram inveja e ressentimento entre comunistas da primeira hora, militares e outras categorias sociais pouco beneficiadas pelo enriquecimento do país. No imaginário do Partido, criou-se um hiato inaceitável entre os comunistas-modelo, às vezes pobres, mas honrados, e o empresário sem escrúpulos que enriqueceu graças a seus contatos com os estrangeiros.

Ao lançar seu plano de combate à corrupção e a nova configuração do SCS, o regime buscou reassumir a primazia do desenvolvimento econômico e social, colocar os empreendedores privados na linha e chegar a alguma forma de adequação entre o impressionante êxito financeiro e as expectativas de êxito social. Com o SCS e as demais ferramentas de controle social (combate à corrupção, sessões de formação ideológica, vigilância tecnológica da população etc.), não é o mercado quem decide o status social e o prestígio das pessoas, mas o próprio governo. Nenhuma instância de legitimação do status social pode existir na China fora do Partido. A avaliação e a atribuição de notas aos cidadãos de acordo com a virtude de cada um, seu nível de integridade, propõem uma reestruturação de uma sociedade em rápida mutação, na qual todas as distinções entre bem e mal, desonestidade e virtude, pareciam ter sido embaralhadas.

Com efeito, a criação de uma avaliação administrativa da qualidade de cada e todo cidadão recupera a prática de definir reputações tal como acontecia no *danwei*, o comitê de bairro e célula do Partido, há algumas décadas. Esta pretensão à objetividade promete ser mais eficaz por se assentar nas novas tecnologias digitais como videovigilância, monitoramento das redes sociais, *big data* e inteligência artificial). Graças a elas, o SCS se impõe como um sistema que se afigura como sendo objetivo e isento de emoções e julgamentos de um homem sobre outro homem.

## **As implicações civilizacionais do Sistema de Crédito Social**

O SCS se inscreve no contexto de um forte ressurgimento das temáticas confucianas no discurso político do Partido. A partir do início dos anos 2000, o governo pretendia fazer da China “um país governado pela virtude” (*yidezhi-guo*). A expressão é empregada pelo próprio líder máximo Xi Jinping (no poder desde 2013), que pretende “promover as virtudes tradicionais chinesas e elevar o nível ético e moral da população”, graças, notadamente, ao exemplo que os membros do Partido são passíveis de oferecer ao público<sup>17</sup>. Afora a exemplaridade de sua conduta, porém, há outra maneira pela qual os funcionários e membros do Partido estão aptos a agir sobre o corpo social. A mesma palavra que significa “virtude” (德, *de*) também significa “força”, uma força que emana, primeiramente, daqueles que exercem um ofício sagrado. Para Confúcio, essa virtude irradiante é um dos atributos do soberano. Graças a essa aura que transborda de sua pessoa o corpo social viverá em harmonia.

## **O governo como fonte de harmonia e civilização**

Para além de sua suposta utilidade para a economia, o SCS é uma manifestação da fé do governo chinês em sua própria capacidade de injetar no corpo social a virtude que lhe falta e expulsar dele tudo que possa perturbar sua harmonia. A justa avaliação dos cidadãos pelo Estado contribuirá para essa harmonização de quatro maneiras:

- ao conceder recompensas e infligir sanções, o SCS estimula o bom comportamento de cada um;
- reforça a adesão ao sistema daqueles que, inscritos em listas vermelhas, são distinguidos pelo governo por suas boas ações;
- justifica a existência do próprio soberano, ou líder máximo, ao lhe outorgar o posto inexpugnável de juiz supremo, juiz dos juízes;

17. Xi Jinping, “The Rule of Law and the Rule of Virtue”, discurso de 9 de dezembro de 2016, em seu livro *The Governance of China*. Pequim: *Foreign Languages Press*, 2017, vol. 2, p. 146.

- ao estabelecer listas negras de cidadãos pouco recomendáveis, ativa o mecanismo do bode expiatório.

O Sistema de Crédito Social se aproxima, portanto, de práticas da China imperial, como a da canga, uma espécie de pelourinho à chinesa cujo uso era muito difundido. Enquanto no Ocidente a publicidade das penas foi gradualmente deslegitimada no século 20 (a última execução pública tem lugar na França em 1939), tal deslegitimação não ocorreu na China, onde os julgamentos são muitas vezes filmados, assim como são frequentes as confissões televisivas. A grande maioria das penas capitais levadas a cabo no mundo ocorrem na China, que executa milhares de pessoas a cada ano, de acordo com organizações não-governamentais (a China não divulga o número de execuções). A sanção penal está no cerne da governança chinesa, e o SCS se pretende uma forma sofisticada, *high tech* (apesar de alguns aspectos ainda artesanais do projeto em andamento), da cultura penal chinesa.

## ***Por uma forma de equivalência entre julgamento moral e êxito social***

Convém, por fim, medir a distância que separa as democracias ocidentais de semelhante projeto, que consolida o poder político como instância de juízo inapelável sobre o comportamento das pessoas utilizando-se, para tal fim, das mais modernas tecnologias sob controle do Estado. No contexto judaico-cristão, “somente Deus pode sondar rins e corações”, e a existência de uma ordem espiritual vem, de certa forma, relativizar os juízos do mundo. Se é glorioso ser rico, isso não altera o fato de que “é mais difícil um rico entrar no reino dos céus do que um camelo passar pelo buraco de uma agulha”. É claro que, com o repúdio de herança judaico-cristã por setores importantes das sociedades de países desenvolvidos, existe a possibilidade de vermos desaparecer essa distância entre o juízo do mundo e o juízo de Deus. É tentador, para os vencedores do jogo social, que sua vitória venha a ser avalizada pelo governo através de um rótulo de bom cidadão.

A moderna política ocidental, entretanto, sacralizou na ação política uma espécie de “neutralidade axiológica” que deixa na sombra uma definição substancial do bem comum em prol de uma busca por bem-estar e pelas melhores

modalidades possíveis de convívio entre cidadãos que não necessariamente comungam de uma mesma noção do bem. No século XVIII, Adam Smith, o pai da economia política, concebeu uma sociedade em que cada indivíduo, enquanto persegue a realização de seus próprios interesses, termina por servir ao interesse geral, ainda que não busque esse objetivo. Cria-se assim, no Ocidente, uma clara distinção entre economia e moral.

Nada semelhante ocorre na China atual: Pequim, com seu SCS, embaralha as fronteiras da economia e da moral. É o regime quem, soberana e radicalmente, distingue o certo do errado e tende a fazer do julgamento dos homens sobre os homens um julgamento último, sem recurso possível. O sistema irá aos poucos estabelecer uma forma de equivalência entre juízo moral e êxito social: se os cidadãos constantes na lista negra já não podem comprar passagens aéreas na classe executiva, significa que os que viajam na parte dianteira dos aviões são simultaneamente ricos e virtuosos, ao passo que os que têm de se contentar com a classe econômica são simultaneamente pobres e pouco recomendáveis.

## ***A mão invisível do SCS***

A inserção do projeto chinês dentro de uma longa tradição ritual, indistintamente política e religiosa, se manifesta no próprio vocabulário usado para descrevê-lo. Segundo um pesquisador oficial, a avaliação do crédito dos indivíduos será como a “mão invisível” que disciplinará os cidadãos e garantirá a harmonia da sociedade<sup>18</sup>. À “mão invisível” do mercado, que segundo os liberais anglo-saxões ordena a sociedade, sucede, na nova potência asiática, a mão invisível do Estado, controlado pelo Partido Comunista. Outro acadêmico declara, de forma ainda mais explícita, que o Sistema de Crédito Social será o deus da era do *big data*<sup>19</sup>.

Cabe observar que, na medida em que se aplica tanto a indivíduos como a empresas, tal sistema contribuirá para despersonalizar os indivíduos. Os cidadãos se tornam, aos olhos do Estado, dos demais cidadãos e das empresas, produtos

18. Dai, Mucai. “Poursuivre en même temps le gouvernement par la loi et le gouvernement par la vertu”. *Le Quotidien du peuple*, em chinês, 14 de fevereiro de 2017, p. 7.

19. Godement, François *et alii*. “The China Dream Goes Digital: Technology in the Age of Xi”. *China Analysis*, 25 de outubro de 2018. European Council on Foreign Relations, p. 7.

certificados conforme as normas, revestidos de determinadas qualidades que os tornam próprios ou impróprios para colocação no mercado.

O SCS faz do poder estatal o juiz da moralidade de todos, sendo que o próprio governo chinês, por sua capacidade de mascarar a realidade histórica, determinação em reprimir toda e qualquer dissidência com o uso da força ou por instrumentos de controle tecnológicos, e o sufocamento de toda e qualquer sociedade civil independente para salvaguardar seus próprios interesses, é um governo que, sob muitos aspectos, pode ser qualificado de imoral.

## ***O Ocidente no espelho do Sistema de Crédito Social***

Seria perigoso e falacioso limitar-nos a ver no SCS um antimodelo absoluto que permitisse às sociedades ocidentais se contemplarem no espelho e enxergar apenas suas práticas virtuosas no campo do respeito aos direitos dos indivíduos. Tal postura seria prejudicial por diversas razões. A primeira sendo que o SCS pode ter a eficácia como um ponto a seu favor. Em um mundo sujeito ao paradigma técnico-científico, tudo que é eficaz acaba por ser considerado como potencialmente positivo. Embora ainda seja cedo para fazer um balanço de um sistema cuja implementação dá seus primeiros passos, a máquina de propaganda chinesa já se congratula pela redução do número de salários não pagos no setor da construção civil e surgem relatos de que o SCS estaria tendo efeitos positivos na limpeza das cidades chinesas e em um melhor comportamento de motoristas e pedestres no trânsito<sup>20</sup>.

As sociedades ocidentais, por outro lado, têm sido confrontadas com o acréscimo da incivilidade e a diminuição da confiança mútua entre os cidadãos. Como, então, descartar a hipótese do eventual surgimento de uma demanda social pela instauração de um SCS à ocidental, visando a “reeducar” cidadãos?

A inserção do SCS dentro do contexto civilizacional chinês deveria contribuir para relativizar os temores de disseminação desse modelo na Europa, cuja herança judaico-cristã parece ser uma barreira contra a institucionalização de tais práticas. Entretanto, com o enfraquecimento da influência dessa herança,

20. Raphaël, René; Xi, Ling, *op. cit.*

o Ocidente tem assistido ao surgimento de práticas hoje essencialmente anglo-saxãs, como as listas “*name and shame*”, nas quais uma pessoa, empresa ou grupo é publicamente acusada de fazer algo errado, com o pretenso objetivo de inibir aquele tipo de atividade.

Em alguns aspectos (gosto pelo pelourinho e pela reeducação de adultos, tais listas se assemelham às práticas chinesas. A pretensão de definir o que pertence ou não ao âmbito da verdade talvez expresse um princípio de “sinização” das mentes no Ocidente<sup>21</sup>. Convém, no entanto, ressaltar as diferenças: na França, até o momento, as práticas de *name and shame* têm mirado exclusivamente empresas, não cidadãos, e suscitado volumosas críticas entre intelectuais, na mídia e na sociedade civil. Diante da ascensão normativa da China, porém, não há como excluir que essas práticas possam, paulatinamente, venham a se difundir para além das fronteiras da nova superpotência asiática.

---

21. Acerca da concepção do poder chinês sobre a verdade (apanágio do poder e concebida como essencialmente performativa), permitimo-nos remeter a Dubois de Prisque, Emmanuel e Boisseau du Rocher, Sophie. *La Chine e(s)t le monde. Essai sur la sino-mondialisation*. Paris: Odile Jacob, 2019, capítulo IV, “La vérité, avec des caractéristiques chinoises”.



# PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

## **As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

### ***Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

### ***Meios de comunicação e Democracia:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

### ***Sociedade civil e democracia:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

### ***Bibliotecas virtuais:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

### ***Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>

